

Guerra de Canudos: uma leitura euclidiana ¹

BARONI, Alice (Doutoranda)²
Queensland University of Technology/Austrália

Resumo: A publicação da obra *Os sertões*, em 1902, mudaria os rumos do pensamento sobre a Guerra de Canudos, que, por muitos anos, ficara conhecida, simplesmente, como ‘história de Euclides’. O presidente Getúlio Vargas interessou-se pela hecatombe sertaneja após ter lido o livro-vingador euclidiano. Gostou tanto da obra que visitou o lugar de acontecimento da guerra prometendo aproveitar as águas do rio Vaza-Barris com a construção do açude de Cocorobó. Euclides da Cunha viveu e produziu a sua obra em um momento de grandes transformações no pensamento, na política e na tecnologia. Apesar de ter atuado na imprensa ao longo de toda a sua vida, ficou mais conhecido como engenheiro, por ter exercido o ofício, durante a reconstrução da ponte, em São José do Rio Pardo. O presente artigo visa iluminar o acontecimento da guerra à luz da obra euclidiana. Examinaremos a trajetória de Euclides da Cunha no jornalismo. O seu processo de aprendizagem para exercer o ofício de noticiário e correspondente de guerra, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, bem como, as suas reportagens e obra-monumento *Os sertões*.

Palavras-chave: história do jornalismo; guerra de Canudos; Euclides da Cunha; Os sertões; construção historiográfica

Introdução

Antonio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antonio Conselheiro, tornado inimigo número um do Estado, nascido em Quixeramobim, no Ceará, arrebanhou centenas de fiéis no arraial de Canudos. Quatro expedições foram necessárias para destruir os seus ideais e de seu povo sertanejo; anseios de um outro Brasil, não conhecido pelo homem ‘civilizado’ do litoral.

Durante muitos anos, a campanha canudense ficou conhecida, simplesmente, como ‘história de Euclides’. O presidente Getúlio Vargas interessou-se por Canudos após ter lido *Os sertões*. Gostou tanto da obra que visitou o lugar de acontecimento da

1 Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo, integrante do VIII Encontro Nacional de História da Mídia, 2010.

2 Doutoranda do Departamento de Creative Industries, da Queensland University of Technology, Brisbane, Austrália. Mestre em Comunicação Social, PUC-Rio. Especialização em Análise Internacional, CCJE-UFRJ. Faz parte do CCI - the ARC Centre of Excellence for Creative Industries and Innovation. m.limabaroni@qut.edu.au.

guerra prometendo aproveitar as águas do rio Vaza-Barris com a construção do açude de Cocorobó. A promessa foi cumprida pelo regime militar, no ano de 1969. Souza (2002, p. 86), entretanto, afirma que o tema Canudos era, a rigor, evitado. Para o exército, o levante sertanejo constituía-se como uma humilhação. Três expedições infrutíferas. A terceira, mais traumática ainda, por ter levado à morte o famoso comandante-coronel Moreira César pelas mãos dos canudenses. A quarta, supervisionada diretamente pelo ministro da Guerra, por pouco não foi um fracasso. A Igreja Católica, que jamais admitira a liderança do líder carismático Conselheiro, enviou para Canudos um frei italiano, que uma vez expulso do arraial insuflou ataques contra o profeta. Para o Judiciário, uma lástima, por um juiz de Direito ter inventado que os seguidores de Conselheiro estavam prestes a invadir uma cidade, causando o conflito da primeira expedição. Souza argumenta que no momento em que “as águas do Cocorobó encobriram Canudos, parecia mesmo que era intenção deliberada manter encoberta para sempre a estranha e vergonhosa destruição do arraial que a República, proclamada recentemente, considerava uma perigosa ameaça (SOUZA, 2002, p. 86).

Os primeiros relatos de sobreviventes da guerra vieram a público através da *Revista Cruzeiro*, que enviou repórter e fotógrafo para o local do ocorrido. Já os que escreveram e foram contemporâneos ao acontecimento, Souza (2002, p. 87) aponta: Manoel Benício, do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro; Alvim Martins Horcades, voluntário nos hospitais de sangue, pela Faculdade de Medicina da Bahia, que escreveu em tom de denúncia o livro *Descrição de uma viagem a Canudos*, publicado três anos antes de *Os sertões*; Machado de Assis, que escreveu sobre o tema até oito meses antes da derrocada do arraial. Mas é a frase de Euclides da Cunha, no que trata aos últimos momentos da hecatombe sertaneja, que foi esculpida em bronze, no Memorial de Canudos:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam ruidosamente cinco mil soldados (CUNHA, 2003, p. 756).

O presente artigo visa explorar a construção discursiva euclidiana no que se refere ao acontecimento Guerra de Canudos. Examinaremos a trajetória de Euclides da

Cunha enquanto jornalista e correspondente de guerra pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, bem como, as suas reportagens e obra maior *Os sertões*. Pretendemos lançar um outro olhar sobre a campanha canudense pelo viés da obra euclidiana.

O livro-monumento

O verdadeiro Brasil nos aterra.
Euclides da Cunha

Euclides da Cunha viveu e produziu a sua obra em um momento de grandes transformações no pensamento, na política e na tecnologia. Apesar de o país estar passando pelo seu momento mais significativo no que diz respeito à sua história independente, não conseguia encontrar os meios para efetivar a construção nacional, argumenta Avighi.

A própria idéia nacional perdia-se na esterilidade da política miúda da rua do Ouvidor, desqualificada para enfrentar o desafio representado pela ignorância quase absoluta do território brasileiro e das populações sertanejas, pelo desequilíbrio regional e pelo abandono do interior do país (AVIGHI, 1987, p. 30).

Existia enorme ignorância em relação ao interior do país, ao seu território e população. Ignorância sobre os desequilíbrios regionais e o abandono do interior. É bastante significativo o que diz Euclides da Cunha em *Os sertões*: “o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos...” (CUNHA, 2003, p. 270).

Lemos (2002) diz que *Os sertões* é ao mesmo tempo um texto literário, jornalístico e sociológico que permanece ainda atual, podendo ser utilizado como fonte e/ou documento para se compreender o Brasil nos primeiros anos da República e os aspectos da Modernidade. Somado a isso, *Os sertões* é visto também pelo arcabouço teórico da geografia. Para a pesquisadora, a mestiçagem é o grande objeto euclidiano, que foi entendido, em um primeiro momento, como a mistura de raças e etnias, sendo compreendido mais tarde como o conflito existente na convivência de culturas diversas.

Uma das maneiras mais insistentes de pensar a produção simbólica brasileira passa pelo conceito de ‘influência’ das teorias européias. *Os sertões* tem sido entendido, via de regra, à luz de teorias antropológicas, sociológicas e psicológicas coevas a Euclides, as quais seriam responsáveis por um certo - ‘fracasso’ de Euclides para perceber as complexidades que envolviam a repressão aos canudos. Darcy Ribeiro, por exemplo, reconhecendo *Os sertões* como uma narrativa pioneira das contradições do país, considera que Euclides esteve ‘mais abandonado que amparado pela ciência de seu tempo’ (LEMOS, 2002, p. 68).

A obra euclidiana, à luz de teorias contemporâneas, pode ser interpretada “como uma contribuição original ao conhecimento das realidades e, mesmo, como uma via para pensar as teorias européias” (LEMOS, 2002, p. 68). Lemos compreende a produção simbólica como linguagem no sentido de construir significados diversos para os contextos linguísticos, regionais e locais. Segundo ela, *Os sertões* é um clássico no sentido apontado por Ítalo Calvino (1992, p. 15-16): “Um destes textos que nos chegam trazendo impressa a marca das leituras que precederam a nossa e detrás desta a marca que deixaram na cultura”. Assim, a obra euclidiana permanece sendo um caminho de compreensão da cultura brasileira, especialmente, no que trata sobre a complexidade entre os variados segmentos constituidores da sociedade. Cunha, enquanto correspondente de guerra, redesenhou o que seria Canudos. Embora o seu arcabouço teórico tenha sido gestado a partir de teorias “insuficientes e anacrônicas, como o positivismo e o evolucionismo, de viés determinista, foi capaz de descrever os rebeldes como ‘pobres patrícios’” (LEMOS, 2002, p. 80). Cunha, com a publicação de sua obra-monumento, insurgiu um outro olhar de compreensão sobre o sertanejo e o sertão, um outro modo de se compreender a cultura brasileira.

O monumento, desde suas origens, remeteu-se à memória social, realizando o resgate de um passado autêntico. O monumento funda, atualiza, a tradição, enquanto agente da memória social, o monumento reconecta o passado ao presente, a partir da mediação da afetividade, argumenta Choay (2001). Para ela, o monumento age no processo de rememoração não de um passado qualquer, mas de um passado que traz à memória elementos vitais para a preservação da identidade de uma comunidade, seja ela, familiar, religiosa, tribal, étnica etc. O monumento torna-se um ato de resistência à morte de uma cultura, tradição. À luz da historiadora (Choay, 2001), Abreu (2002) reconhece *Os sertões* como um livro-monumento, por a obra realizar a atualização, a insistência, de um passado autêntico que se conecta ao presente.

Enquanto livro consagrado, *Os sertões* passou para a história como documento sui generis, fonte de uma narrativa considerada autêntica sobre uma passagem sangrenta da história do país. Sua monumentalização conferiu um aspecto sagrado a esta narrativa. Intitulado ‘Bíblia da Nacionalidade’, *Os sertões* passou a vigorar enquanto um livro de verdades sobre o país, expondo suas contradições, seus dilemas, suas questões mais candentes. Se, num primeiro momento, pretendeu apenas discorrer sobre um acontecimento trágico que envolveu diferentes forças sociais no início do período republicano, o livro terminou se tornando um libelo sobre alguns dos pressupostos que deveriam nortear a implantação da nação republicana (ABREU, 2002, p. 227).

A memória coletiva e, por outro lado, a história, seu representante científico, utilizam-se dos documentos e dos monumentos. Le Goff compreende a memória coletiva como um fenômeno individual e psicológico em íntima relação com a vida social. O processo de apreensão da memória, que nada mais é que um modo de apropriação do tempo, depende da presença ou não da escrita, que, para o autor, é objeto de atenção do Estado. Com o intuito de conservar, apropriar-se de acontecimentos passados, numa relação passado/ presente, o Estado produz variados tipos de documentos/ monumentos para que a história possa ser escrita (LE GOFF, 2003, p. 419). O que sobrevive, no entanto, não é o passado em si, mas aquilo que foi escolhido para sobreviver, “quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 2003, p. 525). Os monumentos, assim, apresentam-se como herança do passado e os documentos a partir das escolhas realizadas pelos historiadores.

A palavra *documentum* é derivada de *docere*, que significa ‘ensinar’. No séc. XVII, o termo difundiu-se na linguagem jurídica francesa sendo compreendido como ‘prova’, ‘evidência’. Entretanto, somente no início do séc. XIX, a palavra tomou a dimensão moderna de “testemunho histórico” (LE GOFF, 2003, p. 526). Por outro lado, *monumentum* vem da raiz indo-europeia *men*, que está em íntima relação com uma das características fundamentais do espírito (*mens*), (*meminí*), memória. Como no fragmento 93 de Heráclito “O autor, de quem é o oráculo de Delfos, não diz nem subtrai nada, assinala o retraimento” (LEAO, 1991). O *monumentum* surge como um sinal de evocação do passado, numa insistência de se perpetuar enquanto recordação.

Com o passar do tempo, houve o triunfo do documento sobre o monumento. O

documento teve, no entanto, o seu momento triunfal no positivismo, quando o triunfo do documento coincide com o triunfo do texto. Desse momento em diante, “todo o historiador que trate de historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso ao documento” (LE GOFF, 2003, p. 529). Mas a compreensão da obra *Os sertões* como um livro-monumento implica em concebê-la como evocação não de um passado qualquer, mas de um momento vivo da memória coletiva brasileira.

O jornalista

Euclides da Cunha atuou na imprensa ao longo de toda a sua vida. Mas não é o fato de escrever e publicar em periódicos que faz de um profissional jornalista, mas sim a identificação de uma prática estruturada, inerente ao texto produzido por seu autor. Segundo Avighi (1987, p. 20), Cunha foi um dos representantes da moderna imprensa no Brasil, por ter considerado a profissão “uma opção de primeira hora”, em um momento da história da imprensa brasileira em que o jornalismo era produzido, essencialmente, por profissionais oriundos de outras áreas, cuja dedicação ao jornalismo era uma excepcionalidade em seu cotidiano de vida.

O processo de aprendizagem do ofício de jornalista demonstra que Cunha soube, a partir do jornalismo que era exercido em seu tempo, interpretar a sua época. A formação do jornalista não se limitou ao domínio da técnica, mas na astúcia em saber discernir, sem se deixar manipular. Um exemplo é a reportagem de 16 de agosto de 1897, quando Cunha percebeu que havia enviado para o jornal informações incorretas recebidas de oficiais do exército. Descoberto o equívoco escreveu, “Procurar-se a verdade neste torvelinho é impor-se a tarefa estéril e fatigante de Sísifo³” (CUNHA, 2000, p. 98). Após o episódio, Cunha modificou o seu processo de trabalho ampliando as fontes, utilizando-se de documentos e confrontando a informação do entrevistado com outras recebidas. Não se tem menção de nenhum outro momento em que Cunha necessitou desculpar-se por envio ou publicação de dados equivocados.

À época de Euclides da Cunha, a imprensa não dava muita importância à opinião pública, com raras exceções como a da *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araújo, conforme observou Sodré (1977). Cunha, em contrapartida, ao longo de sua vida,

³ *Sísifo* é um personagem da mitologia grega que recebeu a punição de empurrar um rochedo ladeira acima por infinitas vezes.

buscou um diálogo com a opinião pública, especialmente, através de seus textos publicistas contra a monarquia e em defesa do governo de Floriano Peixoto. O jornal *O Estado de S. Paulo*, que publicou grande parte de seu material jornalístico, era um jornal eminentemente político. Avighi (1987, p. 21) defende que a simbiose entre o jornalismo de Cunha e o jornal *O Estado de S. Paulo* aconteceu como manifestação de “traços modernos da imprensa no Brasil”. Segundo o pesquisador, essa conjunção ficou claríssima com o envio de Cunha como correspondente na campanha de Canudos. Pela primeira vez, *O Estado de S. Paulo* utilizava-se da figura do correspondente para acompanhar o acontecimento “in loco”. Avighi (1987, p. 22) indica a modernidade euclidiana no trato do texto jornalístico, embasado em incessante pesquisa, em contraposição ao material de outros repórteres, que também acompanharam a campanha, mas que se limitaram à simples repetição dos eventos.

Segundo Sodré (1977), outra novidade foi a utilização do telégrafo ao longo da Guerra de Canudos. Recurso técnico que havia sido utilizado apenas por *A Notícia*, em 1895 (Cf. SODRÉ). Cunha (2000), utilizando-se do recurso ao longo da campanha, diz sobre a importância e força do novo meio técnico: “E as linhas do telégrafo transmitiram ao país inteiro o prelúdio da guerra sertaneja...” .

Cunha, apesar de ter escrito, entre outros periódicos de seu tempo, para o *Jornal do Comércio* e *Jornal do Brasil*, ambos do Rio de Janeiro, é identificado com o periódico *O Estado de S. Paulo* devido ao acontecimento da Guerra de Canudos. Avighi apresenta-o como um jornalista competente, que fez uso de enorme variedade de gêneros jornalísticos em sua época, por exemplo, o jornalismo opinativo, político, publicista, científico, internacional, chegando a escrever até mesmo crítica de arte. Cunha pôde, no entanto, demonstrar que o seu talento não se restringia ao jornalismo de opinião, pois quando enviado como correspondente à Guerra de Canudos, mostrou-se competente repórter e noticiário.

Enviou da frente de combate seguidas notas rápidas, que denominava ‘telegramas’, às vezes mais de um por dia, noticiando os eventos urgentes. Destacam-se, entretanto, as reportagens diárias, mais alongadas, dando conta do desenrolar da guerra, registrando os fatos atuais, discorrendo sobre o conflito e dando informações que não se encontram nos demais correspondentes (AVIGHI, 1987, p. 26).

Euclides da Cunha publicou dois artigos com o nome *A nossa Vendéia*⁴. O primeiro em 14 de março de 1897 e o segundo em 17 de julho do mesmo ano, ambos publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*. O artigo de 14 de março foi publicado logo após a assombrosa notícia enviada da Bahia da derrocada da 3ª expedição e morte do general Moreira César. “Os artigos estabelecem uma comparação que ficaria célebre e seria muito utilizada por todos, ao equiparar o levante na Bahia com aquele de caráter religioso e contra-revolucionário coligando camponeses e nobres em reação à Revolução Francesa” (GALVÃO, 2000, p. 11).

No primeiro artigo, Euclides da Cunha escreve sobre a região do Vale do Ipiranga, conhecida também como Vaza Barris, lugar de instalação do arraial canudense. Escreve sobre o solo, a vegetação e o clima. O que é interessante, no entanto, de se observar nesse primeiro artigo são os primeiros indícios de uma tentativa de compreensão do que venha a ser o sertanejo, de sua imbricada relação com a terra. A terra, nesse artigo, já desponta como protagonista da luta. O projeto euclidiano, que realiza o consórcio entre jornalismo, arte e ciência, já dá mostras nesse primeiro momento. Pois não há a cisão entre o homem e a natureza, ao contrário, o sertanejo e o solo, e vice-versa, estão em completa sintonia.

Identificados à própria aspereza do solo em que nasceram, educados numa rude escola de dificuldades e perigos, esses nossos patrícios do sertão, de tipo etnologicamente indefinido ainda, refletem naturalmente toda a inconstância e toda a rudeza do meio em que se agitam.

O homem e o solo justificam assim de algum modo, sob um ponto de vista geral, a aproximação histórica expressa no título do artigo (CUNHA, 2000, p. 50-51).

Cunha inicia o entretecimento entre o homem e a terra. A sua impressão do sertanejo, nesse momento, é o de um homem fanatizado, ingênuo e simples, à mercê dos propagandistas do Império. Estabelece relação entre o fanatismo sertanejo e o dos *chouans*⁵, culminando no “mesmo heroísmo mórbido difundido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados” (CUNHA, 2000, p. 51). Assim, Cunha constrói o paralelo entre o *chouan* e o sertanejo. Enquanto aquele fazia uso das charnecas para prender as forças republicanas nas ciladas, a terra para este realiza o

⁴ O título remete à revolta monarquista e católica ocorrida nessa região, em 1793, com base na aliança entre camponeses e nobres, contra a Revolução Francesa (GALVÃO, 2000, p. 43).

⁵ Camponeses católicos e monarquistas que lutaram armados contra a Revolução Francesa.

papel de protagonista da batalha. Cunha encerra o seu primeiro artigo, no entanto, com um viva à República: “Este paralelo será, porém, levado às últimas conseqüências. A República sairá triunfante desta última prova” (CUNHA, 2000, p. 52).

O artigo de 17 de julho de 1897 foi publicado já no clima da quarta expedição, comandada por Artur Oscar de Andrade Guimarães. Essa expedição reuniu, inicialmente, 4.283 homens, divididos em seis brigadas. À data da publicação, a expedição já havia partido há um mês de Jeremoabo e Monte Santo, e o general Amaral Savaget, comandante da segunda coluna, já havia sido ferido.

Com o intuito de compreender a tática de guerra dos sertanejos, inimigos intangíveis, Cunha a comparou com os conflitos entre as forças inglesas contra os zulus e os afgãs, com o conflito francês em Madagáscar e com as forças italianas contra os abissínios. Não era a primeira vez que Cunha escrevia sobre o inimigo intangível. No primeiro artigo, o jornalista já havia feito referência a ele, no entanto, no artigo de 17 de julho, o articulista investe na compreensão da região, da terra, da sensação de imobilidade da paisagem para poder compreender o sertanejo, o jagunço, em íntima comunhão com o meio. Assim, Cunha escreve sobre o *jagunço*⁶ que afeito à paisagem selvagem a transpõe facilmente. Ressalta também a sua vestimenta toda feita de couro curtido, das alparcatas ao chapéu de abas largas, sábia proteção contra os espinhos que sequer a ferem. “Não há persegui-lo no seio de uma natureza que o criou à sua imagem – bárbaro, impetuoso, abrupto” (CUNHA, 2000, p. 57). O articulista percebe que não há como compreender a guerra sem compreender a simbiose entre o homem e a terra. “A conjugação ambiente-homem, segundo Euclides da Cunha, era o forte entrave à vitória das forças governamentais” (AVIGHI, 1987, p. 150). Mas não é apenas a terra que colabora com o jagunço.

O *jagunço* é uma tradução justalinear quase do *iluminado* da Idade Média. O mesmo desprendimento pela vida e a mesma indiferença pela morte, dão-lhe o mesmo heroísmo mórbido e inconsciente de hipnotizado e impulsivo.

Uma sobriedade extraordinária garante-lhe a existência no meio das maiores misérias (CUNHA, 2000, p. 58).

Cunha insiste com o tema da simbiose entre homem e meio quando escreve

⁶ Walnice Nogueira Galvão observa que Euclides da Cunha escreve *jagunço* grifado demonstrando estranhamento com a paisagem. Esse grifo, no entanto, desaparece em *Os sertões*.

sobre o favorecimento da natureza a favor do jagunço, com a confecção de armamento para o seu rústico arsenal, “as cavernas numerosas que se abrem nas camadas calcárias dão-lhes o salitre para a composição da pólvora e os leitos dos córregos, lastrados de grãos de quartzo duríssimos e rolados, são depósitos inexauríveis de balas” (CUNHA, 2000, p. 59).

A publicação dos artigos *A Nossa Vendéia* foi fundamental para a escolha de Euclides da Cunha como correspondente na campanha de Canudos, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Como Galvão (2000, p. 12) aponta, os principais periódicos do Rio de Janeiro e Bahia já haviam se adiantado enviando seus correspondentes para frente de batalha, desde julho e agosto de 1897. Em 3 de agosto, acompanhando a comitiva do ministro da guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, Cunha embarcou no navio *Espírito Santo*, do Rio de Janeiro em direção à Bahia. Chegaria em Salvador no dia sete de agosto onde ficaria até o dia trinta.

O período em que Cunha passou em Salvador, antes de seguir para a frente de combate, foi de extrema importância para o jornalista realizar pesquisa nos arquivos públicos, com o intuito de compreender a figura de Antônio Conselheiro. Avighi (1987, p. 203) defende que a pesquisa realizada pelo correspondente sobre a personalidade do líder messiânico constituiu-se como o acontecimento jornalístico mais importante no que diz respeito à cobertura da campanha canudense. A construção do perfil biográfico do profeta trouxe uma nova compreensão sobre a guerra por ter compreendido que o entendimento sobre o homem Antônio Vicente Mendes Maciel implicava no conhecer de sua sociedade.

Um outro olhar sobre a campanha

A situação em Canudos era de incerteza, quando Cunha embarcou no navio *Espírito Santo*. Por toda a nação ouvia-se o grito dominante: A República está em perigo! Precisamos salvá-la. A guerra atingira o momento decisivo. Canudos seria esmagada ou a opinião pública iria acompanhar a derrota “da maior e mais potente força enviada contra os insurrectos” (AVIGHI, 1987, p. 159).

O comandante-em-chefe, general Artur Oscar, e sua tropa estavam cercados por conselheiristas no morro da Favela. A segunda coluna combatia em Cocorobó sob o

comando do general Cláudio do Amaral Savaget, mas sofriam feroz resistência. Chegavam notícias sobre os ataques à Brigada Auxiliar, que tinha ido ao encontro das duas colunas, mas que teria ficado desfalcada antes mesmo de atingir o lugar ambicionado. Para completar o quadro, as levadas de feridos que retornavam da frente de batalha para Salvador e as inúmeras mortes de oficiais renomados, de alta patente, horrorizavam a opinião pública. Batalhões se formavam em diferentes regiões do Brasil com o intuito de se juntar às tropas em combate.

Euclides da Cunha, em ‘A Nossa Vendéia’, já esmiuçara a precariedade da estratégia governamental e registrara que, ao invés da desordem a ser esmagada por tropas bem aparelhadas, Canudos era um confronto prolongado a exigir administração de recursos militares (AVIGHI, 1987, p. 158).

Cunha e os outros correspondentes na guerra sofreram inúmeras dificuldades para exercer o ofício do jornalismo, especialmente por motivo de sigilo das informações. Um grande empecilho era o fato de o ministro da guerra não conceder entrevistas, coisa que não fez em nenhum momento da campanha. Os correspondentes tinham de se desdobrar em busca de novas fontes para receber e checar as informações recebidas. Embora o marechal Carlos Machado Bittencourt, ministro da guerra, conversasse bastante com Euclides da Cunha, “mantinha em sigilo as decisões e os planos” (AVIGHI, 1987, p. 171).

O primeiro despacho enviado por Euclides da Cunha, intitulado *À bordo do Espírito Santo*, denuncia a falta de informações sobre a campanha. A reportagem de 7 de agosto de 1897 descreve a emoção da partida; um discurso emocionado sobre a saudade dos soldados. À exceção da observação de Cunha no que se refere à incoerência do morteiro Canet, artilharia moderna de guerra à época, para o combate nos sertões, o texto se tece de imagens sentimentais e lugares comuns.

Já a reportagem do dia 19 de agosto traz desvelamentos sobre a campanha quando retrata a entrevista concedida por um adolescente conselheirista prisioneiro das tropas republicanas. As revelações concedidas pelo “jagunço adolescente” revelam Antônio Conselheiro e o perfil de seus homens combatentes. Revela o controle conduzido pelo Conselheiro em relação ao cotidiano do arraial, onde nada acontecia sem o consentimento do profeta. A entrevista revela que o arraial conselheirista, ao

contrário de se compor de uma horda de criminosos e fanáticos, possuía organização própria. “Apesar da chefia teocrática de Antônio Conselheiro, e a despeito da guerra, as obrigações sagradas eram cumpridas o mais de acordo possível, com sacerdote devidamente ordenado” (AVIGHI, 1987, p. 189). O sacerdote visitava o arraial de quinze em quinze dias e apesar de ser proibido de realizar os sermões rezava a missa, batizava e casava os conselheiristas. “Estes fatos relevantes da vida de Canudos – um relato que transcendia a mera operação de tropas e conferia ao conflito uma dimensão inteiramente inédita – não é encontrada em nenhuma outra reportagem” (AVIGHI, 1987, p. 189).

A fala do jagunço adolescente desmonta o discurso defendido sobre a inserção de um movimento monarquista ao lado de Conselheiro. Quando Euclides da Cunha questiona o jagunço sobre o porquê de sua luta, ou melhor, o que prometia o Conselheiro com a luta, com o tomar das armas, mesmo que o ato os conduzisse à morte, o jagunço, inesperadamente, respondeu: “Salvar a alma” (CUNHA, 2000, p. 111). No telegrama de 21 de agosto, Euclides escreveu sobre a carta redigida pelo coronel Carlos Teles para ser publicada no *Diário da Bahia*. Carlos Teles diz “não acreditar que haja intuítos monárquicos entre os fanáticos” (CUNHA, 2000, p. 241).

Avighi após refletir sobre o ofício do jornalismo realizado por Euclides da Cunha à época escreveu:

Conclui-se que, para Euclides da Cunha, a atualidade não se confundia com a superficialidade. Mesmo lutando com a carência de informações precisas sobre o andamento dos combates e a despeito da precariedade das fontes, o jornalista procurou as informações que pudessem conduzi-lo aos objetivos que o levaram a Canudos, de acordo com a linha editorial que de bom grado aceitara e ajudara a traçar. Na cobertura do conflito e no afã de iluminar suas origens, dirigiu-se aos arquivos públicos, onde encontrou os mais antigos registros sobre a presença de Antônio Conselheiro naquelas paragens. Documentos que na época eram excelentes subsídios para a cobertura de guerra, na medida em que propiciavam ao leitor uma visão mais profunda dos trágicos eventos sertanejos. Hoje constituem material de investigação histórica⁷ (AVIGHI, 1987, p. 190).

A linha editorial de *O Estado de S. Paulo* não serviu como um caráter delimitador de seu trabalho, pois apesar de a opinião pública ter sido insuflada a odiar Conselheiro e os seus seguidores, Cunha, através de suas reportagens, insurgiu um outro

⁷ Carlos Marcos Avighi observa ainda que apesar de jornalismo e história possuírem diferenças no que se refere à natureza de seu trabalho há encontros e semelhanças notáveis.

olhar de compreensão e questionamento sobre a campanha. Mas a argumentação sobre o caráter humano da guerra, no que diz respeito à reflexão sobre os jagunços e a tentativa de se compreender o porquê de sua luta, como a exposição sobre o fanatismo dos soldados em luta pelos ideais republicanos, só vão ser expostas em *Os sertões*. Em sua obra maior, o escritor despiu-se de todas as concessões referentes à República trazendo à baía o fanatismo dos soldados e as suas barbáries contra os sertanejos que lutavam em defesa da invasão de suas casas, crenças e cultura.

Há nas sociedades retrocessos atávicos notáveis; e entre nós os dias revoltos da República tinham imprimido, sobretudo na mocidade militar, um lirismo patriótico que lhe desequilibrara todo o estado emocional, desvairando-a e arrebatando-a em idealizações de iluminados. A luta pela República, e contra os seus imaginários inimigos, era uma cruzada. Os modernos templários, se não envergavam a armadura debaixo do hábito e não levavam a cruz aberta nos copos da espada, combatiam com a mesma fé inamalgável. Os que daquele modo se abatiam à entrada de Canudos tinham todos, sem excetuar um único, colgada ao peito esquerdo, em medalhas de bronze, a efigie do marechal Floriano Peixoto e, morrendo, saudavam a sua memória – com o mesmo entusiasmo delirante, com a mesma dedicação incoercível e com a mesma aberração fanática, com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus misericordioso e milagreiro... (CUNHA, 2003, p. 583).

Em *Os sertões* fica evidente o destecer das camadas discursivas dos discursos oficiais, quando o escritor despe-se de sua responsabilidade de jornalista correspondente pelo *O Estado de S. Paulo* e adido do ministro da guerra. Nesse fragmento, por exemplo, Cunha problematiza o fanatismo jagunço/soldado. Quem é o fanático? É o jagunço ou o soldado, ou são ambos? Em *Os sertões*, a problematização discursiva sobre a guerra, os seus antecedentes, a terra e o homem, rompe definitivamente com o discurso oficial, por a Guerra de Canudos surgir como pergunta. O passado se desconstrói para ser novamente reconstituído a partir do presente evenemencial (QUÉRÉ, 2005, p. 62), que reconstrói o futuro. *Os sertões* euclidiano ilumina o acontecimento de Canudos em seu caráter de velar/desvelar a guerra, em uma perspectiva incessante de passado/futuro a partir do presente.

Após ter passado quase um mês na capital baiana realizando as suas pesquisas nos arquivos públicos, entrevistando os oficiais e os feridos que retornavam da frente de batalha, Cunha partiria de Salvador no dia 30 de agosto, de trem, para Alagoinhas e Queimadas, e seguiria a cavalo para Tanquinho, Cansação, Quirinquinquá e Monte Santo. O repórter Euclides da Cunha chegaria ao arraial de Canudos somente no dia 16

de setembro, onde ficaria até o dia de sua partida em 3 de outubro.

A sua partida foi alvo de discussão por muitos anos. Por fim, José Calasans, em 1969 cita uma publicação no *Diário da Bahia*, de 17 de outubro de 1897, que dizia da partida de Euclides da Cunha de Canudos no dia 3 de outubro do mesmo ano. A guerra canudense teve o seu desenlace no dia 5. Em relação às suas reportagens, a maioria é uma descrição da viagem em seus variados momentos, raras são as que foram escritas propriamente em Canudos, como observa Galvão (2000, p. 15).

Referências

- ABREU, Regina. Arqueologia de um livro-monumento: Os sertões sob o ponto de vista da memória social. In: *O clarim e a oração: cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002, p. 221-242.
- AVIGHI, M. A. Euclides da Cunha jornalista. São Paulo, 1987, 502p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.
- BRUM LEMOS, Maria Alzira. Os sertões: modernidade e atualidade. In: *O clarim e a oração: cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002, p. 67-80.
- CALVINO, Ítalo. Por que leer a los clásicos. Barcelona: Túsquets, 1992, p. 15-16).
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, 2001.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. S. Paulo, 2. ed., Ática, 2000.
- _____. *Diário de uma Expedição*. GALVÃO, Walnice Nogueira (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Os sertões*. Introd. Cavalcanti Proença. São Paulo: Ediouro, 2003.
- LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques; (tradução Eduardo Brandão). *A história nova*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Trad. Bernardo Leitão... (et al). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LEMOS, M. A. B. Os sertões: modernidade e atualidade. In: *O clarim e a oração: cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002, p. 67-80.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação*. Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.

OS PENSADORES ORIGINÁRIOS – Anaximandro, Parmênides, Heráclito. Trad. Emmanuel Carneiro Leão e Sérgio Wrublewski. Petrópolis: Vozes, 1991.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SOUZA, Percival de. Conselhos de Antônio. In: *O clarim e a oração: cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002, p. 85-92.